

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA

SUMÁRIO Nº 28 JUL./SET. 1999

**I – DOUTRINA**

O voto. HORACIO DANIEL ROSATTI  
p. 7

Considerações sobre o papel do Procurador-Geral da República no controle abstrato de normas sob a Constituição de 1967/69; proposta de reeleitura. GILMAR FERREIRA MENDES  
p. 21

Constitucional e direito civil ROBERTO ROSAS  
p. 34

Responsabilização por atos de improbidade. MARCELO FIGUEIREDO  
p. 38

Considerações a respeito da interpretação da norma constitucional. O papel da pré-compreensão. MARIA DE LOURDES SERAPHICO PEIXOTO DA SILVA  
p. 45

Controle externo do Poder Judiciário. Inconstitucionalidade. ALEXANDRE DE MORAES  
p. 76

Implementação do direito à igualdade. FLÁVIA PIOVESAN, LUCIANA PIOVESAN e PRISCILA KEI SATO  
p. 82

O direito à vida e o crime de tortura. Regulamentação do inc. III do art. 5º da CF. VANESSA VIEIRA DE MELLO  
p. 89

Caminhos do constitucionalismo no Ocidente: modernidade, pós-modernidade e atualidade do direito constitucional DAVID WILSON DE ABREU PARDO  
p. 107

Independência e autonomia da Agência Nacional de Telecomunicações: imperativo legal e constitucional. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO  
p. 128

As regras que conferem poderes e o direito constitucional. ANTONIO MOREIRA MAUÉS  
p. 137

**II – ESTUDOS E PARECERES**

Significado constitucional da irredutibilidade de vencimentos. CELSO RIBEIRO BASTOS  
p. 151

Direito dos titulares de apólices da dívida pública interna de receber os seus créditos corrigidos por não ter ocorrido a prescrição. ARNOLDO WALD  
p. 163

Aspectos do contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, celebrado com a Agência Nacional de Petróleo – ANP. GASTÃO ALVES DE TOLEDO  
p. 180

**III – TRIBUNAIS**

STF – Constitucional. Advogados. Advogado-empregado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. MP 1522-2, de 1996, art. 3º; Lei 8906/94., arts. 18 a 21; CF, art. 173, § 1º. Min CARLOS VELLOSO p. 209

STF – Ação direta de inconstitucionalidade. Indenização compensatória paga pelos cofres públicos por ocasião da exoneração ou dispensa de quem, sem outro vínculo com o serviço público, seja ocupante de função ou cargo em comissão de livre exoneração. Art. 287 da Constituição do Estado de São Paulo. Min. PAULO BROSSARD p. 215

STF – Ação direta de inconstitucionalidade. MP 111/89. Prisão temporária. Pedido de liminar – Min. MOREIRA ALVES p. 221

STJ – Recurso em Mandado de Segurança. Administrativo. Teto máximo. Art. 37, XI, da CF. Exclusão de verbas de caráter pessoal. Jurisprudência pacífica – STF e STJ Min. JOSÉ ARNALDO p. 236

TRF 1ª Região – Constitucional. Registro de sindicato. Universidade sindical. “Arquivo de entidade sindicais brasileiras” Juiz MÁRIO CÉSAR RIBEIRO p. 238

TRF 1ª Região – Constitucional. Administrativo. Nulidade de punição disciplinar. Insustentação dos motivos que a determinaram em processo ético-profissional. Cancelamento das respectivas anotações no Conselho Federal de Medicina e no Conselho Regional. Juiz ALOÍSIO PALMEIRA LIMA p. 242

TRF 3ª Região – Constitucional. Sigilo bancário. Requisição de informações à instituição financeira. Lei 8021/90. Art. 38 da Lei 4595/64. Ausência de lei complementar a preceder sua alteração. Instauração de procedimento fiscal. Inexistência de prova Ter a ciência do procedimento fiscal sido aposta por representante do contribuinte. Exoneração do dever. Segurança concedida. Juíza LÚCIA VALLE FIGUEIREDO p. 253